

Ajustes no projeto vão ser inevitáveis, dizem especialistas

Previsão baseia-se na LDO, que foi aprovada no ano passado e não levaria em conta a crise internacional

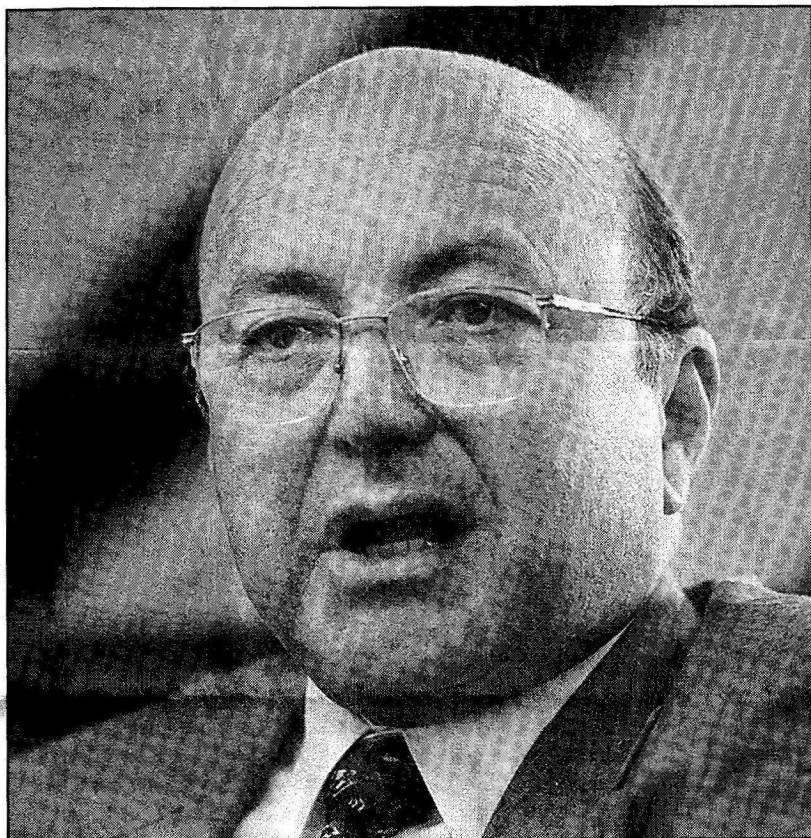
MARIA INÊS NASSIF

O governo não tinha alternativa técnica e legal, senão a de manter os mesmos parâmetros macroeconômicos previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para elaborar a proposta orçamentária de 1999. A LDO foi aprovada no ano passado, quando a crise internacional não era ainda um dado definitivo – e, portanto, não era absurdo supor um crescimento econômico de 4% do Produto Interno Bruto (PIB), de acordo com especialistas.

Será inevitável, no entanto, no decorrer do ano que vem, ajustes nas previsões de receitas e despesas feitas quando os tempos eram um pouco menos bicudos – embora as vinculações orçamentárias, uma previsão inflacionária que se tornou superestimada por causa do cenário recessivo e até uma base de comparação muito baixa possam reduzir a necessidade de revisão dos números, na opinião de especialistas.

Segundo o ex-ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega, hoje não há dúvida se a economia mundial, e a brasileira em consequência, vão sofrer uma queda em suas taxas de crescimento. “O que se pergunta é quanto a economia mundial, e a brasileira, vão cair.”

Essa é a decorrência natural de uma queda continuada de riqueza dos Estados Unidos e da Europa e, portanto, da capacidade de consumo e de investimento desses países e de seus cidadãos. “Vamos sofrer duas consequências: uma redução ainda maior da atividade de exportação e de recursos externos”, raciocinou Mailson. “Para que o País se adeque à nova situação tem de dar um jeito de crescer o seu comércio exterior.”



Mailson: ‘Para que o País se adeque, tem de crescer seu comércio exterior’

Isso é ruim para a economia brasileira, mas não torna a proposta orçamentária necessariamente irreal, na visão de Mailson. Ele lembrou que existe um volume grande de despesas vinculadas às receitas – e, nesse caso, quando caem as receitas, caem também as despesas. “O Fundo Regional é 3% da arrecadação do IPI (*Imposto sobre Produtos Industrializados*) e do IR; os Fundos de Participação dos Estados e Municípios pegam 44% da arrecadação do IR e do IPI e o fundo de indenização das perdas de comércio exterior pega 10% do IPI”, citou ele, como exemplo.

No caso de recessão, o problema fiscal mais delicado é o da Previdência Social e de sua folha de pagamentos: o governo pode até conter o salário do funcionalismo, mas não tem como reduzir as despesas de pagamento de pessoal, nem deixar de pagar as aposentadorias e pensões.

O governo, de qualquer forma, tem uma folga. As previsões negativas de mais recessão tornam a previsão de inflação de 3,8% superestimada. “A economia cada vez mais se livra da indexação –

e a recessão pode até levar a uma pequena deflação no próximo ano”, opinou Mailson.

Efeito estatístico – Para o economista Raul Velloso, especialista em contas públicas, o baixo crescimento econômico do primeiro semestre deste ano produzirá um efeito estatístico nas taxas de crescimento de 1999. “A base de comparação é muito baixa.” Para ele, esse efeito poderá resultar numa necessidade menor de ajuste das previsões do governo para o ano que vem.

Como, segundo Velloso, o Orçamento final resulta de um corte inercial – ele começa a ser feito em abril, com parâmetros fechados no ano anterior –, o que deve ser levado em conta na proposta apresentada não são as previsões de crescimento econômico ou as taxas médias de câmbio ou juros. A declaração de intenções do governo é lida no resultado primário prometido para o Orçamento do ano que vem.

O projeto orçamentário prevê superávit primário (receitas menos despesas não-financeiras) da União de R\$ 8,798 bilhões, ou 0,87% do PIB. O economista avaliou, contudo, que se a conjuntura internacional mantiver a escassez de recursos, serão necessários ajustes ao longo da tramitação do projeto no Congresso.

VELLOSO:
CRESCIMENTO
BAIXO AFETARÁ
TAXAS DE 99